

Segurança dentro d'água

Análise envolvendo mais de 157 mil partos conclui que o procedimento, quando realizado em piscinas de centros obstétricos, traz benefícios para mães, sem aumentar o risco de complicações nos recém-nascidos

» PALOMA OLIVETO

A prática é antiga, mas, até hoje, falta uma diretriz global sobre a segurança do parto na água. Segundo pesquisadores britânicos, porém, no caso de uma gestação saudável, a experiência não só implica os mesmos riscos de um procedimento padrão, como proporciona benefícios para mães e bebês. Em um artigo publicado na revista *The British Medical Journal*, os autores, da Universidade de Oxford Brooks, afirmam que, quando realizado em centros obstétricos, além do alívio da dor, há menos incidência de sangramentos e episiotomia (incisão no períneo para facilitar a saída do recém-nascido), entre outras complicações e intervenções.

Descrito pela primeira vez em um artigo científico em 1805, o parto na água consiste no uso de uma piscina própria para receber a gestante, que é assistida durante todo o processo, com objetivo de relaxamento e alívio da dor. O bebê pode nascer dentro da instalação, sendo levado à superfície assim que sai do útero materno. Outra opção é a parturiente ir para uma acomodação seca no momento exato de dar à luz.

A equipe da Oxford Brooks quis comparar as intervenções necessárias durante e após o procedimento, nos casos do nascimento dentro e fora da água, além de verificar se havia diferenças entre o parto na piscina e aquele realizado totalmente a seco. Para isso, fizeram uma análise de 36 estudos que envolveram 157.546 mulheres — a maioria deles, realizados dentro de unidades obstétricas que, segundo os autores, são mais preparadas no caso de intercorrências.

Anestesia

Os estudos analisados incluíram diversas intervenções e complicações. Entre as principais, trabalho de parto induzido, uso de opioides, anestesia epidural, cesariana, distocia do ombro (dificuldade de passar essa parte do corpo, depois que a cabeça já saiu), episiotomia da vagina ou do períneo, hemorragia após o nascimento, remoção manual da placenta, infecção

materna e do bebê, satisfação da mãe, avaliação do bem-estar do neném imediatamente após o nascimento, ressuscitação do recém-nascido, respiração rápida e superficial da criança, desconforto respiratório, admissão em terapia intensiva, morte, quebra do cordão umbilical e padrões de amamentação.

Após agrupar os resultados, a análise mostrou que um parto na água, independentemente de os bebês nascerem dentro ou fora da piscina, “traz claros benefícios para as mulheres” quando realizado nas unidades obstétricas. Além disso, o procedimento mostrou-se tão seguro para mães e recém-nascidos quanto a prática padrão.

Comparado ao parto tradicional, o realizado na água reduziu significativamente o uso de epidurais, opioides injetados, episiotomia, bem como dor e sangramento intenso após o procedimento, diz o artigo. “A imersão em água pode aumentar significativamente a probabilidade de um períneo intacto e reduzir a episiotomia, uma intervenção que não oferece benefício perineal ou fetal, além de aumentar a dor pós-natal, a ansiedade e impactar negativamente na experiência de parto de uma mulher”, escrevem os pesquisadores. Não houve diferença na taxa de cesarianas emergenciais.

Houve mais casos de ruptura do cordão umbilical entre os partos na água, mas a taxa ainda era baixa: 4,3 em 1 mil nascimentos, em comparação com 1,3 em 1 mil procedimentos padrão. “Isso pode estar ligado ao puxão do cordão umbilical quando o recém-nascido é retirado da água”, sugerem os pesquisadores.

“A imersão em água traz benefícios para a mãe e o recém-nascido quando usada no ambiente obstétrico, fazendo dela uma intervenção de baixa exigência tecnológica para melhorar a qualidade e a satisfação com os cuidados”, comentou, em nota, a principal autora, Ethel Burns, da Faculdade de Saúde e Ciências de Vida de Oxford Brookes. “Além disso, a imersão na água durante o trabalho de parto e o parto na água alteram a prática clínica, resultando em menos incisões e menor necessidade de analgesia farmacológica. A imersão em água é um método eficaz

Pixabay



Mulheres relataram menos dor, reduzindo a necessidade do uso de opioides. Além disso, houve menor incidência de incisões no períneo

para reduzir a dor no trabalho de parto, sem aumentar o risco”, conclui.

Evidência

No Brasil, a Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal, do Ministério da Saúde, determina que “sempre que possível,

deve ser oferecida à mulher a imersão em água para alívio da dor no trabalho de parto”. Além disso, o documento destaca que “gestores nacionais e locais devem proporcionar condições para o redesenho das unidades de assistência ao parto, visando a oferta da imersão em água”. Contudo, também ressalta que é

necessário esclarecer às mulheres que não existem estudos suficientes para apoiar ou desencorajar o parto na água.

Por meio da assessoria de imprensa, o presidente da Comissão Nacional Especializada em Assistência ao Abortamento, Parto e Puerpério da Federação Brasileira das Associações

de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) informou que “não há evidências de qualidade que permitam determinar a segurança do segundo período do parto em imersão em água”. Segundo Alberto Trapani Júnior, a recomendação da federação é que procedimentos do tipo sejam restritos a estudos científicos.

Exposição pré-natal a químicos associada a doença hepática

Divulgação/Governo de São Paulo



As substâncias estudadas estão presentes em diversos produtos do dia a dia, incluindo o plástico

A crescente incidência de uma enfermidade no fígado potencialmente causadora de câncer em crianças está associada à exposição pré-natal a vários produtos químicos desreguladores endócrinos, segundo pesquisadores do Instituto de Monte Sinai, nos EUA. Esse é o primeiro estudo abrangente sobre a associação entre a chamada doença hepática gordurosa não alcoólica (DHGNA) e a mistura de substâncias comuns no cotidiano, como plástico e pesticidas.

Os pesquisadores usaram a citoqueratina-18 como um novo marcador para a doença em crianças. As descobertas, relatadas na revista *Jama*, destacam a importância de entender a exposição pré-natal a produtos químicos ambientais como um fator de risco para DHGNA, disseram os autores. Trata-se de um problema de rápido crescimento em pacientes pediátricos, que pode levar à doença hepática crônica grave e ao câncer de fígado na idade adulta.

Desreguladores

“Todos estamos diariamente expostos a esses produtos químicos por meio dos alimentos que consumimos, a água que bebemos e o uso de bens de consumo em geral”, destacou Damaschini Valvi, autor sênior do estudo. “Trata-se de um grave problema de saúde pública. Essas descobertas mostram que a exposição precoce a muitos produtos químicos desreguladores endócrinos é um fator de risco para doença hepática gordurosa não alcoólica pediátrica e chamam a atenção para investigações adicionais necessárias para elucidar como as exposições químicas ambientais podem interagir com fatores genéticos e de estilo de vida na patogênese da doença.”

A DHGNA é uma das doenças hepáticas mais comuns em todo o mundo e é cada vez mais diagnosticada na infância, afetando de 6% a 10% da população pediátrica geral, e aproximadamente 34% das crianças com obesidade. Os produtos químicos desreguladores endócrinos são uma ampla classe de

poluentes ambientais que incluem vários pesticidas, plásticos, retardadores de chama e metais tóxicos. Essas substâncias interferem nos sistemas hormonais e metabólicos. Vários estudos experimentais mostraram que a exposição a elas pode provocar lesões hepáticas, mas os efeitos pré-natais não haviam sido estudados em humanos.

Os pesquisadores mediram níveis de 45 produtos químicos no sangue ou na urina de 1.108 mulheres grávidas, entre 2003 a 2010. Quando as crianças atingiram as idades de 6 a 11 anos, os cientistas mediram as taxas de enzimas e citoqueratina-18 que indicam risco de doença hepática, encontrando quantidades elevadas desses biomarcadores naquelas mais expostas ao durante a gravidez. “Ao compreender os fatores ambientais que aceleram a doença hepática gordurosa, podemos reduzir o risco das pessoas, fornecendo-lhes informações para fazer escolhas que reduzem o risco ou o impacto da doença”, disse Robert Wright, do Departamento de Medicina Ambiental e Saúde Pública do Monte Sinai.